

05/06/2019

Quase 5 bilhões de litros d'água em reserva hídrica para famílias do campo

Com uma reserva de 4,90 hm³, as cisternas se tornaram uma das principais fontes de segurança hídrica do interior cearense. O volume distribuído em áreas rurais de 184 municípios cearenses é praticamente o mesmo da barragem do Rio Cocó (4,99 hm³), em Fortaleza. Hoje, a principal riqueza do homem e da mulher do campo não está exposta a céu aberto, sofrendo os danos do calor e da evaporação, mas enterrados alguns centímetros abaixo da terra e guardados em estruturas de concreto armado.

As cisternas, “de placa”, “de polietileno”, “de produção” ou “escolares”, se tornaram nos últimos 15 anos uma das principais riquezas do Ceará. Hoje, as cisternas de placa e polietileno garantem a “água de beber” para 226.686 famílias do campo, já as cisternas de enxurrada representam um volume de 1,23 hm³ destinados aos 23.657 quintais produtivos. Os números são do Ministério da Cidadania e foram divulgados no dia 22 de maio deste ano.

Os equipamentos são implantados, desde 2003, por meio de convênios estabelecidos com governos estaduais e municipais e entidades sem fins lucrativos. Somente nos últimos quatro anos, o Governo do Ceará foi responsável pela implantação de 44.325 mil cisternas de placa, polietileno, escolares e de enxurrada, o equivalente a um volume de quase 1 bilhão de litros em reserva hídrica. Com a política pública, fica garantido o abastecimento d'água humana de 37.253 famílias do campo entre uma quadra chuvosa e a subsequente.

O cálculo tem como fundamento uma base familiar de até cinco membros e um consumo individual de 14 litros por dia. “A capacidade de 16 mil litros d'água é mais do que o suficiente para garantir o abastecimento d'água considerando um período de consumo de 240 dias”, assevera De Assis Diniz, secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA). O custo individual do equipamento no Ceará gira em torno de R\$ 3.363,37 e envolve, além da aquisição do material e da mão de obra comunitária, o cadastramento das famílias e capacitações.

A estimativa da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) é entregar mais 22.172 cisternas de placa, escolares e de enxurrada. Atualmente, a secretaria atua em duas áreas. A primeira delas é por meio de convênios com governo federal, responsável pela entrega de 43.095 cisternas em 184 municípios cearenses. O outro é o Projeto Paulo Freire, voltado ao combate à extrema pobreza rural, com 1.526 cisternas de placa e escolares já entregues e outras 4.121 previstas.

Custo e benefício

Receber uma cisterna de placa é garantir a segurança hídrica de uma família com até cinco membros pelo período de 240 dias, de acordo com o Ministério da Cidadania. Com um consumo diário de 14 litros d'água, as famílias asseguram a água de beber, embora sejam desaconselhadas a utilizar a mesma fonte para atividades domésticas, de higiene ou agrícolas. No modelo atual, as águas captadas pelos telhados são filtrados e reduzem em 67%, 63%, 94%



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Casa Civil

e 100% a cor, a turbidez, os coliformes termotolerantes e os índices de *Escherichia coli*, respectivamente.

“Mesmo representando um custo baixo, acreditamos que é papel do Estado garantir às populações mais carentes o acesso à água e a outras políticas públicas que garantam uma efetiva melhoria de vida”, sustenta Marcos Jacinto, coordenador regional da Articulação do Semiárido (ASA Brasil). Os custos do equipamento, idealizado originalmente pelo sergipano Manoel Apolônio, no momento em que construía uma piscina em São Paulo, também vem sofrendo ajustes “na perspectiva de tornar o equipamento cada vez mais barato e eficiente”.

No custo individual por cisterna estão inclusos: o processo de mobilização, seleção e cadastramento das famílias; capacitação em gestão de recursos hídricos, de dois dias para cisterna de placa e de seis dias para cisternas de enxurrada); a aquisição do material de construção e também os serviços de mão de obra do cisterneiro. “Uma vez que os custos da mão-de-obra com ajudante de pedreiro são contabilizados como uma contrapartida da comunidade em relação à implantação da tecnologia social”, informa Marcos Jacinto.

Soluções múltiplas

“As cisternas desempenham um papel significativo no caso das populações difusas”, argumenta Bruno Rebouças, diretor de operações da Cogerh. “Contudo, não há soluções excludentes quando se trata de recursos hídricos ou abastecimento humano. Se para uma comunidade basta um poço, para um distrito de maior densidade populacional a solução pode ser uma adutora. Ainda em outra comunidade, de menor porte, a solução pode ser um sistema de abastecimento do Projeto São José, ou ainda pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar)”.

O diretor de operações Cogerh reconhece haverem perdas variáveis por evaporação nos grandes reservatórios e contra-argumenta: “Sem os açudes, a economia e a própria civilização na maior parte do Estado estaria inviabilizada”. “A prioridade dos reservatórios, conforme a Lei dos Recursos Hídricos, é o abastecimento humano e a dessedentação animal. Isso não significa dizer que a irrigação não seja atendida, mesmo que de forma contingenciada”, frisa.

“A água acumulada, em que pese uma situação mais confortável registrada no ano passado, não proporciona tranquilidade para todas as regiões do Estado. Nas bacias mais ao Norte e Litoral, as reservas foram suficientes para garantir o abastecimento humano e atender os chamados “múltiplos usos”. Nas regiões mais ao Centro e Sul, entretanto, as chuvas não tiveram intensidade suficiente para garantir grandes aportes aos reservatórios.

“Os volumes para cada atividade só serão definidos durante a Reunião de Alocação Negociada (no fim de junho). É nesses fóruns que os comitês de bacia definem, com base em cenários e simulações, os percentuais a serem destinados a cada atividade”, conclui Bruno Rebouças.